



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – CFO – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2020

No dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte às dez horas e vinte e cinco minutos, o vereador Osvaldo Krupek, presidente da Comissão de Finanças e Orçamento deu início a audiência pública para apresentar à sociedade e discutir o projeto de lei complementar nº 04/2020 de autoria do Executivo que Autoriza o Executivo Municipal a regularizar as construções irregulares e clandestinas. Em virtude da pandemia as portas do plenário estavam fechadas, mas a população foi convidada a participar pelo canal da Câmara Municipal no Youtube, bem como a participação de forma virtual de vereadores. Estavam presentes além do presidente os vereadores Silmar Cardoso dos Santos, Jorge Pittner, Luiz Matos, João Edival Aramoni, Eliseu Latczuk e José Veres e as vereadoras Eloy de Lurdes Ottoni Pauloski e Marlene Soares Munhoz. Representando o Poder Executivo estavam os Senhores Lucas Kammer, jurídico do Executivo, o Secretário do Meio Ambiente Cristiano Jaskiw, o Secretário da Cidade Sr. Glen Barbosa. Representando as empresas de construção civil estão os senhores Clemente Portelinha, Patrícia Zampier, Sheila Poletto e Joel Oliveira, também estava presente o senhor Pedro Baluta proprietário de imóvel. Na abertura o presidente explicou que devido a falta de internet a audiência pública tornou-se uma reunião para discutir a matéria com todos os interessados e posteriormente será disponibilizado na internet e marcada uma nova audiência pública para que a população possa participar de forma virtual. O presidente passou a palavra ao vereador Luiz Matos que é o relator da matéria na Comissão de Finanças e Orçamento. O vereador Luiz Matos comentou que esta matéria é de fundamental importância e tem sido discutida nas ruas da cidade. O vereador falou que esta matéria já causou discussões mais acaloradas. Comentou que a busca pela melhora do Legislativo nesta matéria é constante. Ao iniciar a leitura e justificativa do projeto o vereador frisou que todos aqui presente já tem conhecimento da matéria, mas que acha necessário esta leitura. O vereador fez a leitura da orientação jurídica do Procurador da Câmara e a leitura do relatório do vereador André Luiz de Oliveira na Comissão de Constituição e Justiça e o parecer da comissão que recomendou que a matéria prosseguisse seu andamento mesmo havendo algumas questões que necessitavam de ajustes, e na Comissão de Finanças e Orçamento o presidente, por solicitação do vereador Luiz Matos, convocou esta audiência pública. O presidente deixou aberta a palavra. O vereador Eliseu explicou que durante os trabalhos da CCJ, a comissão ponderou que o correto seria o arquivamento da matéria, mas para não prejudicar os proprietários, foi dado continuidade, com a possibilidade de resolver os problemas desta matéria até que a matéria chegasse ao plenário. Ressaltou que foram inúmeras as tentativas da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ - em sanar as dúvidas e erros da matéria, entretanto o autor não encaminhou as respostas solicitadas. A vereadora Eloy solicitou que o vereador Eliseu procedesse a leitura das solicitações que foram feitas pelo relator na CCJ ao autor. Após a leitura o vereador Eliseu continuou explicando que existe a necessidade de regularizar as construções antigas, mas não deixar brechas para as irregularidades. O senhor Glen perguntou ao vereador se ele acreditava que sanando os itens que a comissão solicitou, isso sanaria a resolver o problema da inconstitucionalidade. O senhor Glen completou que mesmo trazendo essas respostas não sanariam os vícios de constitucionalidade e por isso o Executivo não apresentou as respostas a estes documentos. Ele comentou que há muitos anos estão trabalhando nesta matéria e há dificuldades. Explicou casos concretos de proprietários que não conseguem habitar-se, falou que saber quais as construções antigas e irregulares é muito difícil. Falou que é preciso ver se

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including 'Glen', 'Eliseu', and others.]



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br



as modificações necessárias comprometem o imóvel. Falou que expor os nomes dos proprietários de imóveis irregulares não é muito adequado. O vereador Luiz Matos falou que além de ouvir os técnicos é preciso ouvir os responsáveis jurídicos, para oferecer segurança à sociedade, falou que alguns proprietários de imóveis nesta situação estão perdendo a tranquilidade. A Senhora Regina, fiscal de obras, falou que não é possível nomear todos os proprietários envolvidos, mas colocou-se contrária a aprovação desta lei por beneficiar alguns. Por parecer que beneficia aqueles que não cumpriram as leis durante a realização de obras e construções. Que a lei de regularização deve trazer o mínimo o possível de adequações aceitáveis em uma obra, que se tratar as adequações de forma genérica, será uma "festa" no setor de obras no município. O vereador Silmar falou que em nenhum momento o Legislativo recebeu resposta do ofício da CCJ e o vereador aproveitou e perguntou ao Senhor Glen a razão de não virem estas respostas. A Senhora Patrícia Zampier perguntou se seria possível a reunião do Executivo e do Legislativo para discutir e melhorar esta matéria. Ela comentou que não havia até pouco tempo a cultura de fazer projetos para as obras e muitas construções são irregulares. Falou que é importante filtrar as obras que serão regularizadas, mas ela falou que isso é difícil depois de estar no papel. Falou que muitas salas comerciais estão tendo problemas, prejudicando até mesmo o comércio local. Falou que hoje as pessoas estão pedindo para não passar os projetos pela prefeitura, pois isso está prejudicando o andamento. Falou que o ideal seria uma lei transitória, para dar a oportunidade da população regularizar. Falou que elencar e fazer uma pesquisa junto a população. Comentou que responder o ofício ficou difícil devido às questões que foram colocadas. Comentou que isto sempre é discutido em audiência pública. Sugeriu que todos os envolvidos devem estar presentes no momento de realizar uma nova reunião para regularizar. Falou que ser duro e regulamentar em excesso está prejudicando o município. Falou que o erro foi cometido no passado, mas a penalização está prejudicando todo o município. A vereadora Eloy perguntou que se a matéria for aprovada todas as obras irregulares serão atendidas, ou ainda assim terão esta dificuldade outros proprietários. O vereador Eliseu comentou que o jurídico apontou que se o projeto for aprovado da maneira como está as obras serão regularizadas automaticamente. O vereador ressaltou que o projeto da forma que veio é impossível de receber a aprovação, que precisa de respostas, mas que não houve nenhum debate com o autor, nenhuma resposta ou satisfação. O vereador Luiz falou que é favorável ao projeto, desde que haja modificações na matéria. Falou que concorda com a Senhora Patrícia, que hoje temos dificuldades no município. O vereador Silmar ponderou sobre aquelas pessoas que fazem tudo corretamente, e questionou se essas não foram penalizadas por cumprir exatamente a lei. O vereador Matos falou que os que fizeram tudo corretamente estão de parabéns, que é necessário tentar corrigir o que não deu certo e resolver os problemas, que não podemos deixar de resolver os problemas. O senhor Joel de Oliveira falou sobre o problema dos projetos antigos que não conseguem regularizar, conseguir financiamento, que projetos aprovados na lei anterior não atende a lei atual, que pessoas que tinham alvará para construção, pela nova lei, hoje não estão conseguindo regularizar suas propriedades. Falou que o projeto de regularização é muito importante. Que se a prefeitura for regularizar tudo que hoje está irregular, baseado na lei atual, terá que destruir e indenizar. A vereadora Eloy falou que a lei não retroage, quem tem alvará antigo está legal. O vereador Silmar falou que houve pedidos da comissão que não foram atendidos, nem mesmo houve uma comunicação, e a comissão não poderia deixar de agir. Falou que todos entendem a necessidade da matéria, mas a CCJ precisa de informações para instruir a matéria, A senhora Regina explicou que não é contra a regularização, mas defende



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br



requisitos mínimos necessários para essa regularização. Que é preciso muito mais que um termo de compromisso do proprietário, falou que já viu muitos termos de acordo com o Ministério Público não serem cumpridos, quem dirá um acordo com o município. O Senhor Glen e a Senhora Regina debateram sobre o alvará e o habite-se. O senhor Glen perguntou ao vereador Eliseu qual a razão de não poder aprovar a matéria desta maneira. O vereador Eliseu falou que por questões jurídicas não poderia, que precisavam discutir com o Executivo, mas que não houve manifestação do autor. O senhor Lucas falou que esta matéria está sendo discutida há muito tempo. O Vereador Eliseu falou que na CCJ esta matéria estava a partir da entrada da matéria no Legislativo. O senhor Lucas falou sobre cada item do ofício encaminhado ao Executivo. O vereador Eliseu comentou que tudo que ele estava apresentando foi solicitado, mas que essas informações não foram dadas à Comissão no tempo solicitado. O senhor Lucas comentou que quanto às questões de multas e taxas não houve nenhuma informação da comissão que foi encaminhada ao Executivo, no qual o senhor Eliseu discordou e reforçou que o Executivo não respondeu nenhum questionamento da Comissão. Falou que condicionar o andamento da lei à apresentação de lista de pessoas beneficiadas. Falou sobre a inércia da lei nesta questão. O vereador Eliseu falou que concorda com tudo que ele apresentou, mas que seria importante a discussão dos dois poderes, mas que a comissão tentou isso há um mês, ligando para prefeito, secretário e até o vice-prefeito, e não houve nenhum retorno. Falou que precisam que os técnicos discutam esses assuntos para trazer uma lei melhor para todos. O vereador Luiz falou que é preciso discutir. O senhor Evandro Mazur, pediu licença e interrompendo a reunião falou que vieram para debater partes técnicas do projeto e que já estão há uma hora aqui e nada foi dito sobre isto, que estão debatendo sobre um ofício que não foi respondido. Que o parecer da parte da assessoria é de que foi pedido quatro itens no ofício, mas que não viu na Câmara um engenheiro para analisar estes itens, que não tem conhecimento se na Câmara tem um profissional desses, mas não adianta mandar um parecer técnico de um engenheiro se é um advogado que vai analisar, que este profissional vai se preocupar com a parte jurídica, mas não vai entender da parte técnica. Assim como ele que é formado em Administração e não pode discutir algo da parte técnica com a arquiteta ou a engenheira. Que o intuito é fazer com que esta lei autorize que essas casas irregulares. Que não conseguirão regularizar tudo, como por exemplo existem casas em cima de rios. Que tem muitos fatores. Que o ideal é colocar esta lei para frente para tentar regular o que for possível. Mas que infelizmente hoje vieram somente para falar sobre um ofício que não foi respondido em trinta dias. Então ele pediu licença para se retirarem porque eles tinham seus deveres a serem cumpridos na prefeitura. A Senhora Patrícia falou que esta audiência não está tratando somente de um ofício que não foi respondido e entende que os vereadores receberam um parecer jurídico, que compreende que não se pode fazer uma lei que vá deixar brechas, mas que é preciso debater melhor esta matéria, e mais saudável e produtivo a realização de outra audiência pública, falou que é preciso a participação do jurídico tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo, comentou que a Câmara não tem um profissional para análise técnica da matéria, e que entende que não caberia este profissional na Câmara. Falou que esta matéria foi bastante discutida em audiência pública com o conselho. Comentou que entrou questões de valores mais altos de multas, mas que foi retirado nas audiências públicas. Falou que cada profissional dá sua opinião técnica dentro da sua área. O vereador Eliseu falou que é preciso haver conversa e sem isso não pode acontecer a aprovação deste projeto da forma que veio. O Senhor Glen perguntou porque não pode ser a aprovação. O vereador Eliseu falou que é preciso os dois jurídicos precisem conversar e definir a melhor lei. O senhor Lucas falou que se



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br



este é problema o jurídico do Legislativo e do Executivo poderão sentar e discutir essa matéria. O vereador Eliseu reforçou que é somente isso que querem, para haver união e conseguir o que é melhor para o município. Falou que os vereadores não querem problemas futuros. Falou que muitos imóveis precisam ser regulamentados, mas sem discussão. O vereador Osvaldo falou que é importante marcar para o mais breve possível a próxima audiência. A senhora Regina falou que é importante a legalidade, e os dois jurídicos conversarem e estarem de acordo. Porque mesmo o código de obras que passou por diversas audiências e ainda assim, hoje não é aceito por todos e é muito criticado. A senhora Sheila Poletto falou que ela e a senhora Patrícia são essas pessoas que reclama desta lei, mas ressalta que hoje o código é muito diferente daquele aprovado nas audiências. Pois a lei é totalmente incoerente e diferente do texto que foi aprovado em audiência. A senhora Regina falou que esta crítica serve mais para aqueles que criticam, mas nunca participaram das audiências. O vereador Osvaldo comentou que esta matéria será trabalhada entre os jurídicos e novamente discutida em uma audiência pública que será realizada para a participação popular. O Presidente agradeceu a presença e participação de todos aqui e declarou encerrada a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. Sendo lavrada ata que segue assinada pelos presentes.

Pitanga, 28 de setembro de 2020


Osvaldo Krupek

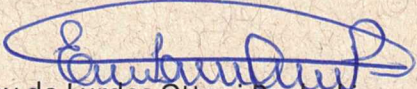
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

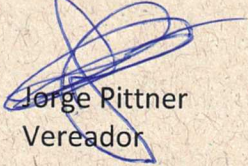

Luiz Acir Matos
Vereador


José Veres
Vereador

Marlene Soares Munhoz
Vereadora

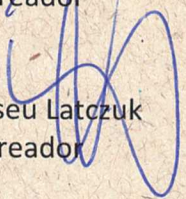

Silmar Cardoso dos Santos
Vereador

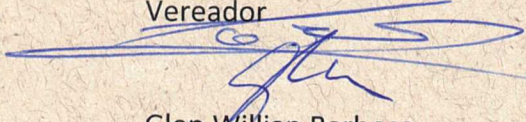

Eloy de Lurdes Ottoni Pauloski
Vereadora


Jorge Pittner
Vereador

Jorge Pittner
Vereador

João Edival Aramoni
Vereador


Eliseu Latczuk
Vereador

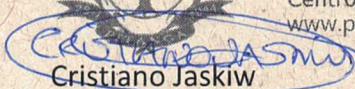

Glen Willian Barbosa
Secretaria Municipal da Cidade

ap

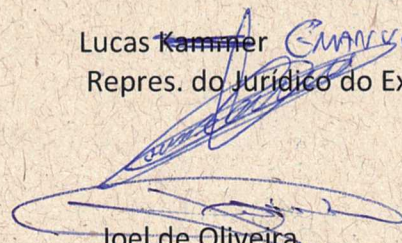


CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br


Cristiano Jaskiw

Secretaria M. de Meio Ambiente


Lucas Kammer

Repres. do Jurídico do Executivo


Clemente Aparecido Portelinha

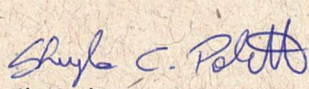
Construtora


Joel de Oliveira

Construtora


Patrícia Zampier

Construtora


Sheila Poletto

Construtora

